



Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - SINTSEF

PESQUISA:

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS(AS) SERVIDORES(AS) ATIVOS(AS) E FILIADOS(AS) AO SINTSEF/CEARÁ

RELATÓRIO FINAL





EQUIPE DO SINTSEF/CE RESPONSÁVEL PELA PESQUISA Coordenação de Saúde do Trabalhador

- ✓ Daniel Cruz de Oliveira
- ✓ Francisco Bonavides de Souza
- ✓ Francisco Flavio Inácio de Lima
- ✓ José de Assis
- ✓ Raimundo Nonato Costa Junior





NOTA DE AGRADECIMENTO

Não existem palavras para agradecer a importância da sua contribuição nos eventos relacionados à saúde do trabalhador que este sindicato vem promovendo ao longo do tempo.

Assim, neste instante, tudo o que podemos fazer é externar nossa gratidão pela sua ajuda e apoio, que foram muito importantes para concretização deste nosso projeto.

Homenagem dos que fazem a Coordenação de Saúde do Trabalhador e o Coletivo do SINTSEF a

JOSÉ HÉLIO LOPES BATISTA

(Psicólogo Organizacional, Técnico de Segurança do Trabalho e Educador da Fundacentro-Pernambuco)

1





"Os riscos nos locais de trabalho não são um problema somente técnico, mas também de natureza ética e política. E têm mais a ver com as relações de poder na sociedade e nas empresas do que com o mundo restrito da ciência e da técnica".

MARCELO FIRPO PORTO

Pesquisador do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da ENSP/Fiocruz





RESUMO

Esta pesquisa teve por finalidade realizar um diagnóstico das condições de trabalho dos(a) servidores(as) filiados(a) ao SINTSEF nos 48 órgãos federais em todo o estado do Ceará, sob o ponto de vista dos(as) próprios(as) servidores(as). Consideramos várias situações potencialmente causadoras de adoecimento e incidentes/acidentes. O estudo abrangeu uma amostra de 812 servidores(as), correspondendo a 19,6% dos filiados ativos. Todo o estudo foi desenvolvido por região, onde foram visitadas as 8(oito) delegacias sindicais de base do SINTSEF, incluindo a capital Fortaleza, a região metropolitana e o interior do estado. As entrevistas com os servidores envolveram o preenchimento dos questionários pela equipe responsável e aconteceram nos próprios locais de trabalho. Esta metodologia possibilitou um diagnóstico sobre as condições de trabalho e as situações de agravo à saúde a que os(as) trabalhadores(as) estavam expostos(as). Pudemos constatar que as condições oferecidas contribuem para o adoecimento dos trabalhadores e potencializam a ocorrência de acidentes. Os dados levantados subsidiaram o SINTSEF no encaminhamento de medidas preventivas e corretivas aos gestores dos órgãos abrangidos pela pesquisa, fazendo com que implementem ações visando garantir ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e decentes.





OBJETIVOS DA PESQUISA

- 1- Avaliar as condições de trabalho dos órgãos da base do SINTSEF/CE e seus impactos sobre a saúde dos(as) servidores(as)
- 2- Fazer um estudo das possíveis formas de adoecimento da categoria e sua interrelação com ambientes insalubres e degradantes.
- 3- Utilizar os resultados da pesquisa como fonte de ação deste sindicato visando à melhoria de ambientes de trabalho, tornando-os mais seguros e saudáveis.





ETAPAS DE TRABALHO

- 1- Visitas aos órgãos e locais de trabalho com servidores filiados ao SINTSEF/CE;
- 2- Preenchimento dos questionários alusivos ao estudo pela equipe responsável;
- 3- Tratamento estatístico dos dados levantados pelo instrumento de pesquisa;
- 4- Apresentação em seminários regionais do SINTSEF/CE dos resultados obtidos;
- 5- Encaminhamento de ofício aos gestores regionais dos órgãos abrangidos pela pesquisa; objetivando fazer valer o decreto 6.856 de 25/05/2009, que regulamenta o Art. 206-A da Lei 8.112 de 11/12/1990, RJU, que tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.
- 6- Realização do III Seminário Estadual de Saúde do Trabalhador do SINTSEF/CE.





LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Órgãos visitados por região no estado do Ceará	13
Quadro 2	Órgãos visitados e tiveram participação de servidores para preenchimento de questionários em Fortaleza e Região Metropolitana.	14
Quadro 3	Número de servidores filiados ativos por região, entrevistados e fração amostral.	15





LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Estado de saúde sob a ótica dos servidores	17
Gráfico 2	Doenças relatadas pelos servidores	18 e 19
Gráfico 3	Exames médicos periódicos entre servidores	20 e 21
Gráfico 4	Assédio moral no trabalho	22
Gráfico 5	Exposição aos riscos físicos relatados	23
Gráfico 6	Exposição aos riscos químicos relatados	24
Gráfico 7	Exposição aos riscos biológicos relatados	25 e 26
Gráfico8	Exposição aos riscos ergonômicos relatados	27
Gráfico 9	Exposição aos riscos de acidentes relatados	28
Gráfico 10	Consumo de bebida alcoólica entre servidores	29
Gráfico 11	Diagnóstico do consumo de bebida alcoólica entre servidores	30
Gráfico 12	Consumo de fumo (cigarro) entre servidores	31





SUMÁRIO

Resumo	4
Objetivos da pesquisa	5
Etapas do trabalho	6
Introdução	10 e 11
Metodologia	12
Resultados e discussão	16
Conclusão	32 e 33
Recomendações	34
Anexos (questionários)	35/41





Introdução

A pesquisa intitulada "AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS(AS) SERVIDORES(AS) ATIVOS(AS) E FILIADOS(AS) AO SINTSEF" foi iniciada em 2014, a partir de demanda apresentada ao sindicato pelos(as) servidores(as) descentralizados(as) do Ministério da Saúde.

A pesquisa abrangeu 48 (quarenta e oito) locais de trabalho localizados em 8 (oito) regiões do estado do Ceará, além de 27 (vinte e sete) locais em Fortaleza e região metropolitana.

O presente estudo buscou estabelecer a relação entre trabalho e saúde, bem como encontrar um entendimento das várias dimensões organizacionais, incluindo o contexto do trabalho, as relações interpessoais e a qualidade de vida no trabalho.

Assim, foi constatado que alguns locais visitados se caracterizam por apresentar ambientes insalubres e perigosos, e que várias situações que poderiam ter sido evitadas se houvesse o cumprimento da legislação relativa à área.

Como exemplo, pode-se citar a Norma Regulamentadora nº 9 (NR-9) do Ministério do Trabalho, cujo item 9.1.1 "estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais".

A exposição aos diversos riscos e a condições impróprias de trabalho nos ambientes pesquisados potencializa o surgimento de acidentes e de doenças.

Cabe lembrar que a Constituição Federal - especificamente em seu artigo 39, parágrafo 3º - estende aos servidores públicos estatutários alguns direitos sociais assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais. Dentre estes, pela pertinência ao objeto da presente pesquisa, encontra-se a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, conforme dispõe o inciso XXII do artigo 7º da Carta Magna.

O trabalho como um dos determinantes do processo saúde x doença também é considerado no âmbito da *Lei nº* 8.112/1990, que dispõe sobre o (RJU) Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União: em seu artigo 185 (inciso "I", alínea "h"):





Art. 185. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

h) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórios;

Nessa mesma perspectiva, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, instituída pela Portaria nº 1.823/2012 do Ministério da Saúde, alinha-se com o conjunto de leis voltadas à salvaguarda de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. E ela incorpora como sujeitos todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente do seu vínculo empregatício, público ou privado. Sendo assim, o Estado jamais poderá fugir do compromisso inalienável de obedecer ao arcabouço legal referente à higiene, saúde e segurança do trabalho, ou seja: deverá assegurar a todos os servidores públicos - o direito a um ambiente de trabalho saudável e equilibrado.

Diante do exposto, se faz necessário realizar estudos voltados à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, tendo em vista a elevada incidência de casos de adoecimento decorrentes do trabalho.

Dores musculares, lesões na coluna vertebral, lombalgias, problemas nas articulações, varizes, distúrbios alimentares e do sono, hipertensão, dores de cabeça frequentes, ansiedade, mudanças de humor e estresse, provocados ou agravados pelo trabalho, revelam no sofrimento do indivíduo as ameaças que minam a saúde do coletivo (EMILIO GENNARI, 2015).

Enfim, diante dos resultados apresentados na presente pesquisa, será possível o sindicato criar as bases para discussão e propor medidas de diferentes níveis visando implementar discussões envolvendo políticas públicas voltadas à melhoria dos ambientes de trabalho, à promoção e preservação da saúde dos trabalhadores.





Metodologia

A equipe da Coordenação de Saúde do Trabalhador e o Coletivo do SINTSEF/CE optaram pela aplicação de um questionário junto a um grupo representativo da população em estudo, tendo em vista ser o mesmo um instrumento adequado para alcançar os objetivos propostos. O uso do questionário permite colher informações do modo como cada um dos(as) entrevistados(as) percebe a sua realidade.

Todos os questionários respondidos pelos participantes da pesquisa, foram preenchidos nos locais em que os servidores desenvolvem suas atividades para que as respostas tivessem o máximo de informações relacionadas ao ambiente de trabalho.

As entrevistas foram realizadas com a prévia anuência dos(as) servidores(as), foi destacada a garantia do sigilo e do anonimato em relação aos informantes, deixando estes livres para responder às perguntas da forma mais espontânea possível.





Quadro 1 – Órgãos visitados por região no estado do Ceará

	Região Vale do Jaguaribe												
IBAMA	Hosp Jagua	-	10 ^a CRES Limoeiro	I DNOCS I		Hosp Arac		7ª CRES Aracati		pital oeiro	9ª CI Rus		CONAB
				Re	gião S	ertão	Centi	ral					
DNOCS Quixadá		INSS		5ª CRES 8ª CRE Canindé Quixac				ndemias Juixadá		SMS anindé	CO		Senador npeu
	Região Maciço de Baturité												
Endemias	Rede	nção	4ª C	RES Ba	turité	L	aborató	rio de En	demias	Е	ndem	ias Ba	aturité
Região Cariri													
CCZ Crato		IFCE.				_ `	UNASA uazeiro						
	Região Centro Sul												
MTE Igua	tu	17ª CRES Icó CONAB DNOCS Icó Igua					lemias guatu						
	Região Norte												
11ª CRES	Sobral	D	NOCS So	bral	F	UNAS	A	CC	CZ Sobra	al	13ª (CRES	Tianguá
					Região	Inha	amuns						
CCZ Crateús 15ª CRES Cra				rateús	ateús CONAB Crateús SMS Independênci			dência					
				I	Região	Três	Clima	ı					
DNOCS Paraipaba CONAB			NAB		CRES caraú		6ª CR Itapipo			NOCS tecoste	I	Hospi	tal Marco

Quadro 1 mostra todos os órgãos visitados, os entrevistadores tinham em mãos o número de servidores filiados, isso proporcionava uma ideia mínima de questionários que deveriam ser preenchidos, todos ali presentes no momento da visita eram convidados a responder independente de função.

A aplicação dos questionários acontecia de forma presencial, pois qualquer dúvida ali existente deveria ser dissipada no momento do preenchimento.





Quadro 2 - Órgãos visitados e tiveram participação de servidores para preenchimento de questionários em Fortaleza e Região Metropolitana

*Servidores Civis em	Núcleo de Endemias	Distrito Técnico	DISEI/CE.
Órgãos Militares	Pacajus	SR I	
Centro de Controle de	Base	Distrito Técnico	2ª CRES -
Zoonoses Fortaleza	UBV Fortaleza	SR II	Caucaia
Núcleo de Endemias	Epidemiologia	Distrito Técnico	DNOCS
Cascavel	Fortaleza	SR III	
Secretaria Municipal de	Base de UBV	Distrito Técnico	INCRA
Saúde Horizonte	Eusébio	SR IV	
Secretária Municipal de	Núcleo Zoonoses	Distrito Técnico	NUVET/SESA
Saúde Eusébio	Regional VI	SR V	
Hospital Universitário	Núcleo do Ministério	Distrito Técnico	Hospital
Walter Cantidio	da Saúde	SR VI	Maracanaú
Núcleo Endemias Zoonoses Maracanaú/Maranguape	Maternidade Escola Assis Chateaubriand	FUNASA Fortaleza	Ministério da Fazenda

Quadro 2 – nos mostra a quantidade de órgão e núcleos visitados pela equipe de pesquisa, tendo percorrido todas as regiões do estado na tentativa de contemplar o maior número possível de filiados para acompanhamento dos servidores em suas atividades, proporcionando um rico estudo da situação e função de cada entrevistado.

*Os servidores dos órgãos civis militares foram os únicos a participarem da pesquisa fora do seu local de trabalho em virtude da solicitação para visita in loco ter sido negado e a equipe de pesquisadores reuniu os filiados na sede do sindicato.





Quadro 3 - Número de servidores filiados ativos por região, entrevistados e fração amostral

Região	Nº de Filiados Ativos	Nº de Entrevistados	Fração Amostral
Fortaleza/Região Metropolitana	2.759	468	16,9%
Vale do Jaguaribe	257	62	24,1%
Sertão Central	114	57	50%
Maciço de Baturité	81	25	30,8%
Cariri	323	63	19,5%
Centro Sul	127	33	25,9%
Norte	274	65	23,7%
Inhamuns	88	13	14,7%
Três Clima	101	26	25,7%
TOTAL	4.124	812	19,6%

Fonte: cadastro SINTSEF julho/2017

Quando 3 – nos mostra que esta pesquisa foi realizada através de um percentual de fração amostral, de acordo com o número de filiados ativos para o momento, conforme sua região, todos os entrevistados presentes no momento da visita eram convocados, e de forma espontânea compareciam e respondiam todas as perguntas do questionário.

O quadro acima nos mostra que mesmo com dificuldades em alguma região o percentual de amostra final, foi atendido conforme meta estabelecida.





Resultados e discussão

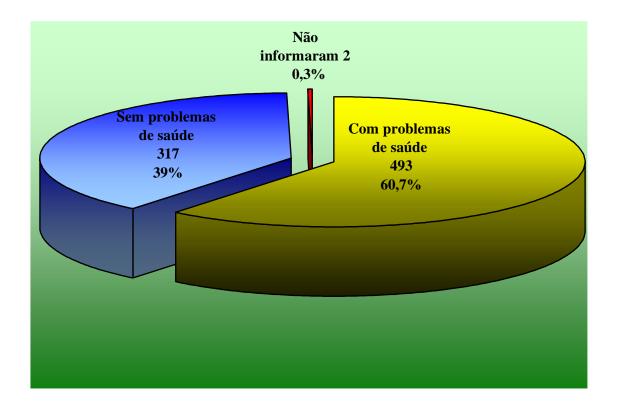
Foi entrevistado um total de 812 (oitocentos e doze) servidores em todo o estado do Ceará, amostra esta dividida em 9 (nove) regiões sendo Fortaleza, região metropolitana e as delegacias do Centro Sul (Iguatu), Cariri (Crato), Inhamuns (Crateús), Norte (Sobral), Vale do Jaguaribe (Russas), Sertão Central (Quixadá), Três Clima (Itapipoca) e Maciço de Baturité (Baturité) correspondentes à base territorial do SINTSEF, conforme dados do Quadro 1.

Neste trabalho ficou clara a insatisfação dos servidores em relação o modo de como é tratada a saúde e segurança do trabalho no serviço público, pois, constatamos a falta de interesse dos gestores na criação ou implantação de núcleos que visem neutralizar ou amenizar as situações que possam por em riscos a saúde do trabalhador.





Gráfico 1 – Estado de saúde sob a ótica dos servidores

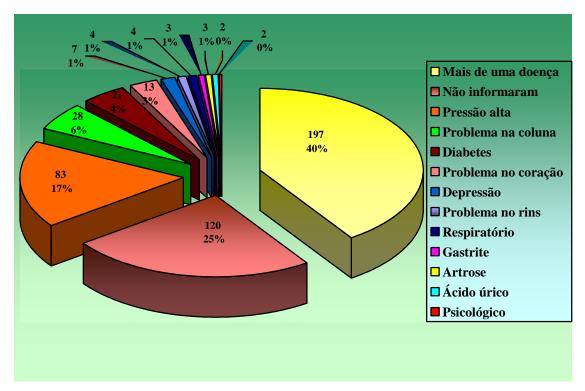


O **gráfico 1** revela que 60,7% dos servidores entrevistados são portadores de algum problema de saúde ou enfermidade, o que demonstra que grande parcela da categoria está adoecida, devendo o sindicato através deste relatório realizar ações que busquem uma melhoria nas condições de trabalho dos seus filiados, visando amenizar os problemas de saúde toda a categoria de servidor.





Gráfico 2 – Doenças relatadas pelos servidores



De acordo com o **gráfico 2**, observamos que muitas das doenças relatadas pelos servidores podem ser de origem ocupacional, ou seja: ter sido adquiridas em função do trabalho exercido. Tais enfermidades acontecem devido à exposição permanente e contínua dos trabalhadores aos chamados riscos ambientais, os quais podem ser classificados em físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes.

Destacamos ainda a conforme questionários respondidos a existência de 01 servidor(a) com câncer de mama, 01 com câncer de próstata, 01 com problema nos rins realizando hemodiálise, 01 com doença de Chagas, 01 com mal de Parkinson e 01 com problema na tireoide, doenças estas relatadas que não constam no gráfico, porém demonstra o grave momento vivido por todos os trabalhadores do serviço público.

Lei 8213/91

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

 I – doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;





II – doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente,... (grifo nosso).

Então podemos dizer que a *doença profissional* ou ocupacional é provocada pelo exercício da atividade em que o trabalhador é exposto.

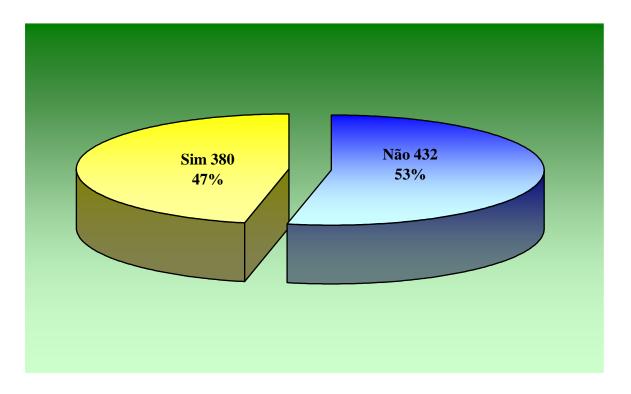
Já a *doença do trabalho* acontece por conta de circunstância alheias a atividade, está relacionada diretamente ao ambiente em que o trabalhador desenvolve suas atividades.

Importante destacar que existem doenças que não são reconhecidas pela Previdência Social, pois não possuem um agente causador comum, ficando difícil ao trabalhador acometido comprovar se a doença foi desencadeada ou agravada e se a mesma está relacionada à função exercida.





Gráfico 3 – Exames médicos periódicos entre os servidores



Conforme o **gráfico 6**, mais da metade dos servidores (53%) não se submete aos exames médicos periódicos. O **Decreto nº 6.856**, **de 25 de maio de 2009**, queregulamenta o art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único dispõe sobre a realização dos exames médicos periódicos dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Porém, apesar da obrigatoriedade legal, nada é feito para que os gestores públicos cumpram esta determinação.

Sabemos que apenas os empregados públicos dos órgãos EBSERH e CONAB realizam anualmente tais exames, conforme dispõe a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) do Ministério do Trabalho, a qual estabelece o **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.** Dessa forma, apenas aqueles servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho(CLT) vêm sendo respeitado no que se refere aos exames periódicos de saúde.

Devemos também lembrar a situação dos servidores redistribuídos da antiga Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para o Ministério da Saúde, os quais foram cedidos aos estados e municípios em todo o Brasil. Nesse aspecto, a **Portaria nº 243, de 10 de março de 2015 -** em seu artigo 5º, parágrafo 5º - estabelece que "Os servidores públicos cedidos serão"





submetidos pelo órgão cessionário a exames médicos periódicos, conforme estabelecido no Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, nos seguintes termos:

I - o órgão cessionário providenciará a realização de exames médicos periódicos de todos os servidores cedidos em consonância com o disposto na <u>Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977</u>, e na Portaria nº 3.214/MTE, de 8 de junho de 1978; e

II - o órgão cessionário adotará medidas de proteção e promoção da saúde dos servidores públicos a ele cedidos, com o objetivo de redução dos riscos decorrentes dos processos de trabalho.

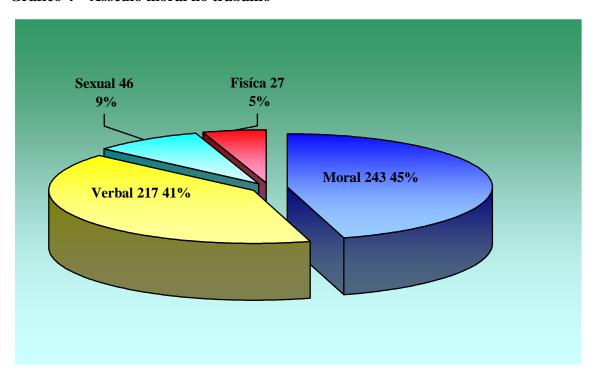
Importante ressaltar conforme relatos, que servidores do MS realizaram exames médicos periódicos uma vez, porém não lembraram no momento do preenchimento do questionário em que ano havia sido realizado, já a CONAB e EBSERH realizaram exames anualmente.

Mesmo com todas essas exigências, o que se observa na prática é que os gestores ainda descumprem solenemente as medidas de proteção e de promoção da saúde dos servidores públicos.





Gráfico 4 – Assédio moral no trabalho



Assédio moral no trabalho acontece quando os trabalhadores são expostos a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante o exercício de suas funções. É uma situação muito frequente quando existem relações hierárquicas autoritárias dentro das organizações.

Conforme ilustra o **gráfico 4**, trata-se de um tema muito relevante, pois dos 812 servidores entrevistados 66% responderam aos questionários e afirmaram ter sofrido algum tipo de assédio.

Ressaltamos que o assédio moral e o verbal praticamente caminham juntos e os assediadores, em sua maioria, são chefes e gestores. Uma das principais armas contra este mal, é o respeito constante aos trabalhadores e a realização de treinamentos levando a todos a conscientização em defesa do problema.

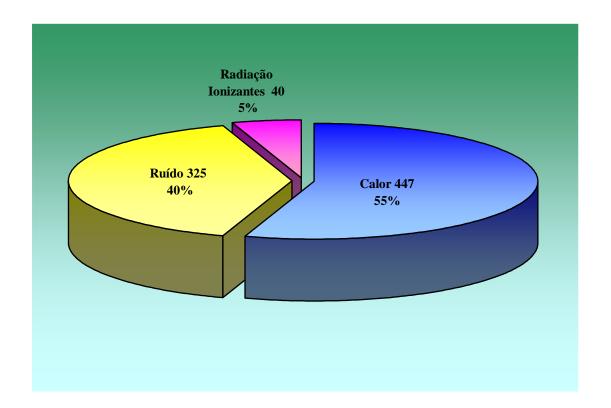
É preciso lembrar que a prática do assédio moral não se resume apenas a críticas, piadas, ameaças ou insultos por parte dos superiores hierárquicos. Também pode haver sobrecarga de tarefas, orientações confusas, imposição de horários, isolamento do trabalhador ou até mesmo a restrição de ir ao banheiro.

Conhecer o problema, sabendo identificar, devemos levar ao conhecimento da Justiça do Trabalho, pois é ela que garante direitos e protegem a pessoa desta prática





Gráfico 5 – Exposição aos Riscos Físicos Relatados



Conforme mostra o **gráfico 5,** relatos dos entrevistados 55% responderam sofrer com o problema do calor, 40% sofrem com problema de ruído e em menor frequência 5% responderam sofrer com a exposição à radiação ionizantes.

É importante salientar que a exposição ao calor excessivo, o nosso organismo se utiliza de mecanismo buscando manter a temperatura do nosso corpo, já o ruído encontramos praticamente em todos os ambientes na qual estamos expostos.

Todos os riscos físicos podem acarretar perda ou redução da capacidade auditiva, nervosismo, estresse, cefaleia, câncer, dentre outros agravos. (IWAMOTO et al., 2008).

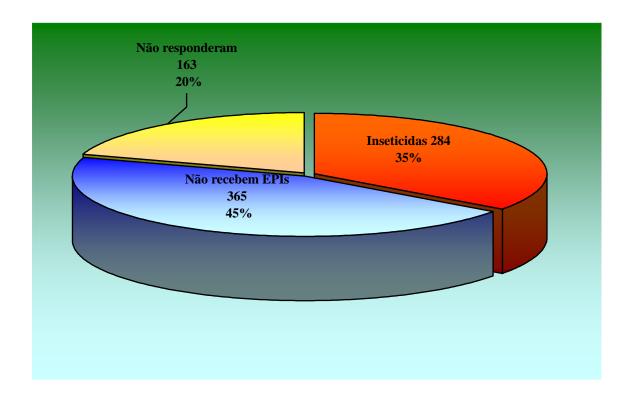
A exposição dos trabalhados a ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiação ionizantes, radiação não ionizantes, são formas de energia que classificamos como agentes físicos.

Salientamos que é obrigação do empregador proteger a saúde e segurança dos trabalhadores eliminando ou diminuindo a exposição dos mesmos, aos riscos físicos, devendo fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e conscientizar os trabalhadores sobre a importância da correta utilização.





Gráfico 6 - Exposição aos Riscos Químicos Relatados



Ressaltamos que os agentes de **riscos químicos** são as substâncias, compostos ou produtos que penetram no nosso organismo por via respiratória, em formas de poeiras, fumos, gases, neblinas, nevoas ou vapores, ou que seja, pela natureza da atividade, de exposição, possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo.

O **gráfico 6** apresenta o relato dos servidores que mostra à exposição aos produtos químicos onde 35% dos entrevistados relataram a utilização de inseticida, quanto ao uso de EPIs 45% declararam não receber o que mostra a difícil situação dos trabalhadores quanto a exposição aos riscos químicos.

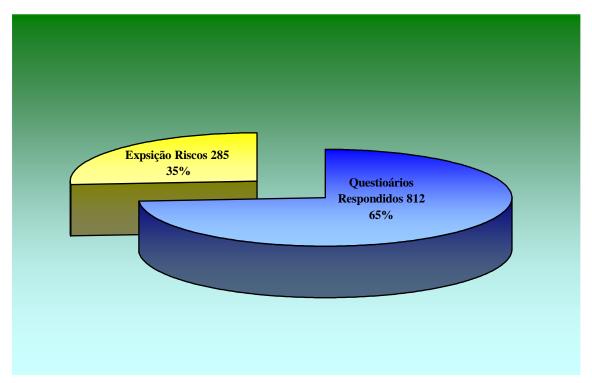
A falta de fornecimento EPI não só ocorre aos que trabalham com inseticida, pois muitos relatos confirmam que motoristas, laboratoristas, auxiliares de serviços gerais, etc, também exercem suas atividades expondo-se aos riscos inerentes a suas atividades. Observamos ainda que 20 % dos entrevistados não responderam o questionário.

É importante esclarecer que o **EPI** é todo dispositivo ou produto, de uso individual que o trabalhador usa e se destina a proteção contra riscos que possam causar ameaças a sua segurança e a sua saúde.





Gráfico 7- Exposição aos Riscos Biológicos Relatados



Conforme mostra o **gráfico 7** os **riscos biológicos** ocorrem por meio de microorganismos que, em contato com o homem, podem provocar inúmeras doenças, realizamos visitas em vários hospitais em algumas regiões do estado e ouvimos relatos de 35% dos servidores que confirmaram através dos questionários que o maior problema da exposição aos riscos biológicos são: (vírus, bactérias, bacilos e fungos).

Tivemos relatos em hospitais que a exposição a pacientes infectados, sangue, fezes, urina dos pacientes, material hospitalar infectado, roupas contaminadas, são trabalho desenvolvido muitas vezes sem nenhum tipo de proteção individual (EPI). Esses agentes biológicos podem causar danos à saúde do ser humano, e são encontrados nos ambientes de trabalho, especialmente nos serviços de saúde, podendo transmitir doenças.

Não podemos deixar de citar também as condições precárias de trabalho nas áreas administrativas, onde predominam equipamentos antigos sem manutenção necessária. Além disso, constatamos instalações sanitárias completamente destruídas sem higienização e limpeza.









Conforme Nr 6 cabe ao empregador, adquirir, exigir, fornecer, orientar e treinar, substituir, responsabilizar-se e comunicar ao TEM qualquer irregularidade.

Cabe ao empregado, usar, responsabiliza-se, comunicar e cumprir, também que é de responsabilidade dos trabalhadores que utilizam equipamento de proteção individual, responsabilidades quanto a guarda e conservação, bem o uso adequado.

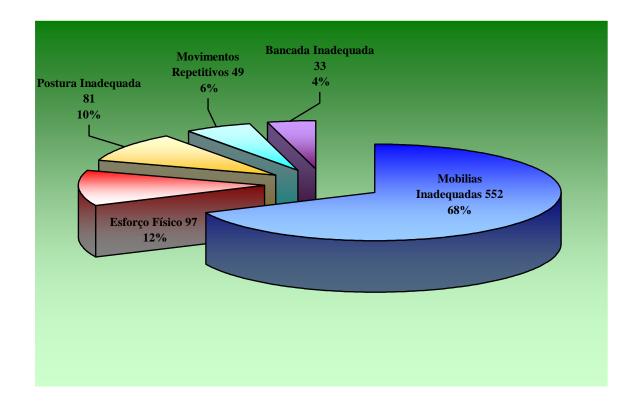








Gráfico 8 – Exposição aos Riscos Ergonômicos Relatados



Riscos ergonômicos são aqueles relacionados, por exemplo, à inadequação do mobiliário, à exigência de posturas inadequadas, ao trabalho em pé por longos períodos, ao trabalho noturno, ao esforço para movimentação de pacientes obesos, todas essas situações de trabalho são enquadradas como riscos ergonômicos.

De acordo com o **gráfico 8**, a situação mais frequentemente relatada pelos servidores foram às mobílias inadequadas 68% dos casos. Em percentuais bem inferiores aparecem o esforço físico 12%, as posturas inadequadas 10%, os movimentos repetitivos 6% e bancadas inadequadas 4%.

A situação dos servidores em seus locais de trabalho conforme mostra o gráfico nos leva a certeza do total abandono do serviço público por parte do governo, pois os ambientes visitados mostraram que alguns lugares, os próprios servidores traziam suas cadeiras ou realizavam consertos inadequados em birôs, bancadas, etc.

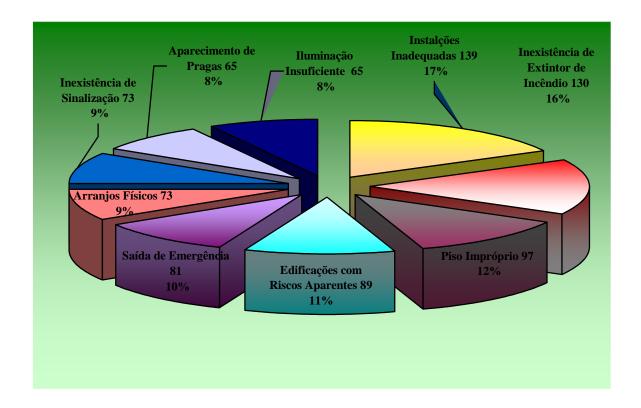
A Organização Mundial do Trabalho define ergonomia como:

"Aplicação das ciências biológicas conjuntamente com as ciências da engenharia para lograr o ótimo ajustamento do ser humano ao seu trabalho, e simultaneamente, eficiência e bem-estar".





Gráfico 9 – Exposição aos Riscos de Acidentes Relatados



O gráfico 9 indica os riscos de acidentes elencados pelos servidores, tendo havido maior prevalência das seguintes situações: instalações físicas precárias 17%, inexistência de extintores de incêndio 16%, piso impróprio 12%, edificações com riscos aparentes 11%, saídas de emergência 10%, observa-se outros riscos citados pelos servidores no gráfico acima o que só confirma as dificuldades enfrentadas por todos os trabalhadores na execução das atividades no dia a dia.

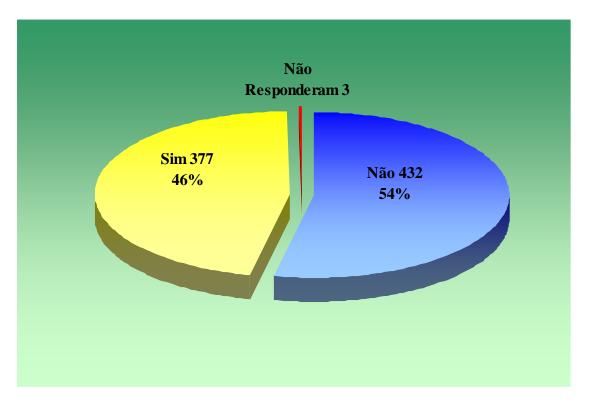
Segundo a NBR 14280, o fator pessoal de insegurança é a situação relativa ao comportamento humano que pode levar a ocorrência do acidente ou à prática do ato inseguro.

É importante lembrar que riscos de acidentes são fatores que possam colocar em perigo o trabalhador, afetando sua integridade física ou moral.





Gráfico 10 – Consumo de bebida alcoólica entre os servidores



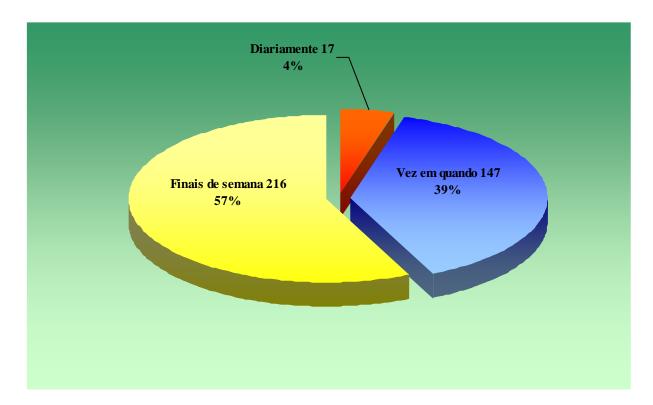
Dados do **gráfico 10** revelam que 46% dos entrevistados declararam ingerir algum tipo de bebida alcoólica, porém neste gráfico é importante observar que 54% informaram não ingerem bebidas alcoólicas e este resultado é por demais relevante, pois demonstra que mesmo com toda as dificuldades, são as campanhas públicas ou de organizações não governamentais que ainda mostram o perigo do alcoolismos entre as pessoas, pois tentam através da conscientização mostrar o risco de morte quanto ao uso desta droga.

Constatamos que este ainda é um assunto que carrega muito preconceito entre os que faz ou não uso da bebida, chegando por muitas vezes os servidores negarem a ingestão de bebidas com medo de expor sua vida particular.





Gráfico 11 – Diagnóstico entre consumo de bebidas alcoólicas entre servidores.



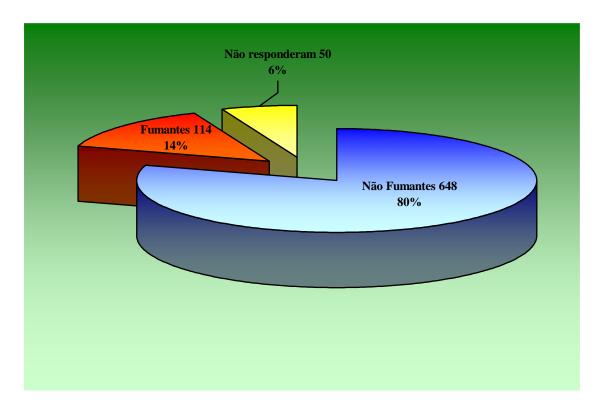
Os dados do **gráfico 11** revelam que apenas 4% dos entrevistados de um total de 377 servidores(as) declararam ingerir diariamente algum tipo de bebida alcoólica. Uma grande parcela 39% dos servidores informou que só fazem uso de bebida vez em quando e 57% nos finais de semana, outra grande parcela dos entrevistados preferiu não responder a esta questão, o que pode significar que ainda existem pessoas relutantes em expor seu ponto de vista com relação a este delicado tema.

A grande maioria dos 812 entrevistados nos surpreendeu, o que nos deixa por demais satisfeitos, é que 54% conforme **gráfico 10** responderam não ingerir nenhum tipo de bebida.





Gráfico 12 - Consumo de fumo (cigarro) entre os servidores



O **gráfico 5** parece indicar que os servidores estão conscientes do perigo que representa o hábito de fumar, já que 80% deles afirmaram que não são fumantes.

Mesmo que esse percentual seja alto, é muito importante abordar o assunto aqui para mostrar o quanto é nociva a fumaça do cigarro para a saúde.

No Brasil.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), **428 pessoas** morrem por dia no Brasil por causa do tabagismo. Conforme dados do Inca, 12,6% de todas as mortes registradas no país são atribuíveis ao tabaco. 31 de mai de 2018.





CONCLUSÃO

Concluímos que grande parcela dos servidores entrevistados são portadores de algum problema de saúde ou enfermidade, o que revela um quadro dramático do processo saúdedoença vivenciado pela categoria. Muitas das doenças relatadas pelos servidores podem ser de origem ocupacional, ou seja, podem estar relacionadas à função de trabalho exercida. Destacamos que podem existir doenças não reconhecidas pela Previdência Social, uma vez que não possuem agente causador comum, ficando difícil a comprovação da sua verdadeira causa.

Destacamos algumas situações ainda decorrentes no meio de nossa categoria, como a incidência considerável do alcoolismo e do fumo. Podemos observar que parcela significativa dos servidores entrevistados não se submete aos exames médicos periódicos.

Causa-nos grande preocupação o descumprimento dos gestores quanto à legislação referente às medidas de proteção e de promoção da saúde dos servidores. Destacamos ainda a alta incidência dos relatos de assédio moral e de situações humilhantes e constrangedores a que os servidores estão expostos no exercício de suas funções.

No tocante aos riscos físicos, a maioria dos entrevistados declarou que estão expostos ao calor e ao ruído. Isto só comprova que os servidores trabalham em ambientes totalmente impróprios e degradantes para o exercício das suas funções, um número menor respondeu estar exposto à radiação ionizante.

Mereceu destaque a exposição aos riscos químicos, principalmente dos servidores do Ministério da Saúde, que manipulam e usam inseticidas sem as condições mínimas ou a proteção individual necessária. Nos hospitais e áreas administrativas, pôde constatar a exposição dos servidores aos riscos biológicos agravada pela ausência de higienização e limpeza.

Constatamos que o risco ergonômico foi relatado pela maior parte dos entrevistados, situação em que o mobiliário antigo e inadequado foi apontado como o principal problema. Esta situação provoca desconforto e mal-estar exigindo dos servidores posturas viciosa que levam ao surgimento de problemas músculo-esquelético.

Foi ainda relatada uma gama de riscos de acidentes, tendo em vista que diversos prédios visitados não reúnem à mínima infraestrutura física como local de trabalho.





Enfim, podemos concluir o quanto é urgente socializar a todos os servidores o conhecimento das suas condições de trabalho. E demonstrar aos gestores a importância de investir na saúde e segurança do trabalho no serviço público, fazendo com que cumpram as medidas de proteção e de promoção da saúde dos servidores, tendo como objetivo principal a eliminação ou redução dos riscos decorrentes dos processos de trabalho.





RECOMENDAÇÕES

A presente pesquisa foi realizada num momento em que o serviço público atravessa sérias dificuldades, pois não tem sido prioridade para os governantes. Tal cenário tem exposto os servidores a situações precárias e humilhantes de trabalho, dificultado sobremaneira o desempenho de suas atividades e colocando em risco a sua integridade física e mental.

É importante que seja realizado um levantamento do perfil da morbidade e mortalidade dos servidores federais do estado do Ceará dos últimos 5 (cinco) anos, junto aos planos de saúde que tenham vínculo com esses trabalhadores, com o objetivo de se traçar um diagnóstico mais apurado das doenças relacionadas ao trabalho vivenciadas pela categoria.

É importante que as entidades representativas dos trabalhadores acompanhem e exijam providências junto aos gestores no sentido de implementar a política de saúde do trabalhador do serviço público.

É importante que se exija do Ministério do Planejamento e Gestão e do Ministério da Saúde a realização dos exames periódicos de todos os servidores públicos, conforme Decreto 6.856 de 25/05/2009 que regulamenta o art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11/12/1190 (Regime Jurídico Único - RJU).





ANEXOS





QUESTIONÁRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Seto	r de trabalho:								
Qua	nto tempo você trabal	ha no	este lo	cal?			Carga	a horária	1:
Car	go:]	Função	o que	exerc	e atualme	nte?	Quanto t	empo?
Voc	ê tem problema de saú	ide?	()	Sim	()	Não	No cas	o de sim.	Quais?
	dificuldade para exec aso de sim, que tipo de				ides n	o trabalho	o? () Sim	() Não
	Consome bebida a	alcoó	lica?		N	o caso de s	· -	al a freq	uência?
	() (0 (\ .	.T~) Diariar		1	
	() Sim (<i>)</i> r	Não) De vez) Finais			
	T 7 A 6 O				(
	Você fuma?					() Si	im	() Na	io
No c	aso de sim, há quanto	tem	po?						
	uso de medicamentos e aso de sim, identifique		so cont	inuo?	() Sim	() Não	
	è já fez algum exame a		ssional	, perio	ódico	Sim () Nã	o ()	
	aso de sim, em que an								
		Cui	dados	com a	ı saúd	e - Vacina	ação		
Nº.	Vacinas	Sim	Não	Da	ata		Obs	servações	5
01	Tétano								
02	Hepatite B								
03	Gripe								
04	Outras					10 1			
N TO				edio N	loral .	/ Sexual	G.	. NT~ .	T
N° 01	Já sofreu algum tipo d		ontos édio m	orol n	o trob	alho	Sin	n Não	Frequente
01	Já sofreu algum tipo d								
02	Já sofreu algum tipo d								
03	Já sofreu algum tipo d								
	o queira, especifique c						\gressâ	 ίο.	1
_								-	
_									
Data	a da pesquisa:/		/						





QUESTIONÁRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

A-O objetivo deste questionário é reunir as informações necessárias para estabelecer o diagnóstico da situação de segurança e saúde dos trabalhadores.

B-Visa possibilitar durante sua elaboração, a troca e divulgação das informações entre os funcionários, bem como, estimular sua participação nas atividades de prevenção.

Questionário para elaboração de Mapa de Risco

Local de Tra	abalho:	
Grupo 1	Riscos Físicos	Setor:
1. Existe ruído	neste setor: Sim () Não ()
	ifique	
	ou frio excessivo neste	
3. Existe radiaç	ção neste setor: Sim () Não ()
Se existir ident	ifique	
4. Existe algun	n equipamento que pro	voca vibrações neste setor: Sim () Não ()
5. Existem EPO	Cs no setor: Sim ()	Não ()
6. É fornecido	algum EPI para sua fur	nção Sim () Não () Não Necessário ()
7. Há problema	ı de adaptação com EP	Is? Sim () Não ()
Se sim identific	que:	
Observações:		
Dagaman daga a		
Recomendaçõe	es:	
Data: /	/	





Grupo 2	Riscos Químicos	Setor:
1. Existem pro	odutos químicos neste set	or: Sim () Não ()
		es, névoas, fumos, neblinas e outros, neste setor:
	Não ()	
Se existir ider	ntifique suas proveniência	ns:
		ados na seção? Sim () Não ()
		nente guardados? Sim () Não ()
5. Como são i	nanipulados	
7. Existem EF Se existir ider 8. Estes equip 9. É fornecido 10. Há proble Se sim identif	PCs no setor: Sim () ntifique namentos são eficientes: So algum EPI para função com a de adaptação com EPI rique:	Sim () Não () que exerce? Sim () Não () Não Necessário () Is? Sim () Não ()
Observações:		
Recomendaçõ	bes:	
Data: /	/	





Grupo 3	Riscos Biológicos	Setor:
1. Existe prol	blema de contaminação po	or vírus, bactérias, protozoários, fungos e bacilos neste
-	() Não ()	, , , , , , ,
	, , ,	
	olema de parasitas:	
Sim ()	•	
Se existir ide	ntifique suas proveniência	s:
Observações:		
Recomendaçã	ŏes:	
Data:/	//	





 O trabalho exige esforço físico pesado? Sim () Não () Indique as funções e o local relativos a esforços físicos.
2. Indique as funções e o local relativos a esforços físicos.
3. O trabalho é exercido em postura incorreta/incômoda? Sim () Não ()
4. Indique as causas da postura incorreta/incômoda?
5. Indique a função, o local e os equipamentos ou objetos relativos à posição incômoda.
6. O ritmo de trabalho é excessivo? Em que funções?
7. O trabalho é monótono? Sim () Não ()
8. Há excesso de responsabilidade ou acúmulo de função? Sim () Não ()
9. É fornecido algum EPI para sua função Sim () Não () Não Necessário ()
10. Há problema de adaptação com EPIs? Sim () Não ()
Se sim identifique:
Observações:
Recomendações:
Data: / /



Data: _____/ _____



Grupo 5 | **Riscos de Acidentes** Setor: 1. Com relação ao arranjo físico, os corredores e passagens estão desimpedidos e sem obstáculos? Sim () Não (**Se não,** indique pontos onde aparecem estes problemas. 2. Os materiais do setor estão devidamente arrumados? Sim (Não () 3. Existe saída de emergência devidamente identificada? Sim (Não () **4.** O piso oferece segurança aos trabalhadores? Sim (5. Com relação a ferramentas manuais, estão em bom estado? Sim () Não ()) Não (**6.** As ferramentas utilizadas são adequadas? Sim (7. Os interruptores de emergência estão sinalizados (pintados de vermelho)? Sim (Não () **Se não,** indique onde falta. 8. Existem cadeados de segurança nas caixas de chave elétricas, ao operar com alta tensão? Sim (Não () **Se não**, indique onde **9.** Há instalações elétricas precárias? Sim (Não () **Se sim,** indique onde:_ **10.** Indique pontos com sinalização insuficiente ou inexistente. 11. Quanto ao transporte de materiais, indique o meio de transporte e aponte os riscos. 12. Quanto à edificação, existem riscos aparentes? Sim (Não (**Se sim,** indique onde. _ **13.** A iluminação é adequada e suficiente? Sim (Não () Se não, indique onde:_ **14.** Existem problemas de aparecimento de pragas? Sim (Não () **Se sim,** identifique e indique onde: **15.** Existem extintores para combate a incêndio? Sim (Não (**Se sim,** é de fácil acesso? Sim (Não (**16.** Os extintores estão identificados? Sim (Não (17. Já recebeu algum treinamento para uso de extintores? Sim (Não (**18.** Existem viaturas no seu local de trabalho? Sim (Não () **Se sim,** quais as condições? Bom (Regular () Ruim ()) Identifique o veiculo Observações: Recomendações: